

NÃO FOI COMO O ESPERADO: ANÁLISE DO EFEITO DE CICLOS FISCAIS SOBRE CHANCES DE REELEIÇÃO DE GOVERNADORES NO BRASIL (1998-2010)

Marcus Vinícius De Sá Torres¹
Matheus Silva Cunha²

Qual o efeito dos gastos públicos sobre as chances de reeleição de governadores no Brasil? Segundo a literatura clássica, existe um efeito positivo da incumbência sobre as chances de reeleição, que age através do mecanismo de reconhecimento do candidato. Adicionalmente, incumbentes têm certa discricionariedade sobre o orçamento, podendo controlar o volume de gastos públicos a fim de ganhar votos na eleição futura. Este trabalho testa a hipótese de que incumbentes possuem um raciocínio prospectivo. Ou seja, eles condicionam o total de gastos com o objetivo de ganhar as próximas eleições. Metodologicamente, empregamos estatística descritiva das variáveis, correlação de Pearson e uma regressão logística.. Os resultados preliminares indicam que os gastos públicos não são relevantes para explicar a reeleição dos governadores.

Palavras-chave: Ciclo Fiscais; Reelection; Governadores

INTRODUÇÃO

Governadores adotam estratégias de oportunismo fiscal no Brasil? A literatura aponta que mediante a possibilidade de se reeleger, governantes aumentarão os gastos públicos (ROGOFF, 1990), diminuirão receitas (PERSSON e TABELLINI, 2002) ou alterarão a composição dos gastos (DRAZEN e ESLAVA, 2010) para enviar sinais de competência aos eleitores, de modo a, mais tarde, obter retornos eleitorais. Excetuando gastos públicos fixos, como aposentadoria e manutenção, a alteração dos gastos feita pelos governadores é, em grande medida, com políticas públicas³.

Neste artigo, estimamos o efeito de diversos gastos públicos sobre as chances de reeleição de governadores brasileiros, através de um modelo de regressão logística. Também verificamos se há alterações estatisticamente significativas nos vários tipos de gasto, através de um teste T comparando anos pré-eleitorais com anos não eleitorais.

O restante do artigo está estruturado em outras quatro seções. São elas: (1) revisão de literatura, onde procuramos combinar a teoria de ciclos fiscais com perspectivas de reeleição; (2) metodologia, onde discutimos problemas de *selection bias* e outros; (3) resultados, onde apresentamos estatísticas descritivas e os modelos de regressão, e (4) conclusão.

¹Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco

²Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco

³ Tida neste artigo como ações do Estado (JOBERT e MULLER, 1987)

DISCUSSÃO TEÓRICA

Políticas públicas e reeleições.

Independente de desejarem cargos, políticas ou votos (MÜLLER e STRØM, 1999), políticos são motivados por seu desejo de sobrevivência (BUENO DE MESQUITA *et al*, 2003). Em democracias, isso significa manter-se no poder através de reeleições ou migrando de um cargo político para outro. Nesse esforço, é consenso na literatura que mandatários possuem vantagens comparativas a desafiantes (ANSOLABEHERE e SNYDER JR, 2002; HIRANO e SNYDER JR, 2008), dentre elas o fato de já terem sua competência administrativa conhecida pelos eleitores. A competência pode ser aferida de acordo com o nível e qualidade dos gastos públicos. Sendo parte do gasto público composto de custos fixos (gasto com pessoal, manutenção, etc.) difíceis de alterar, o que realmente importa são os custos variáveis com políticas públicas que estejam sob a discricionariedade do incumbente.

Contudo, quando os eleitores possuem racionalidade limitada, eles são incapazes de inferir completamente qual é a competência administrativa do incumbente, de modo que este – para ser considerado altamente competente – precisa enviar sinais aos eleitores. Assim, ciclos políticos (novas eleições) se associam a ciclos fiscais (expansão e contração de gastos públicos), disponibilizando aos incumbentes uma ferramenta pela qual sinalizar competência e transformar essa sinalização em votos nas próximas eleições.

No Brasil, o pacto federativo- presente na Constituição Federal de 1988- estipula as competências relativas a cada entidade federativa, de modo que o Poder Executivo de cada instância detém controle (ao menos compartilhado) sobre determinadas arenas de políticas públicas. Essas diferentes discricionariedades definem as formas pelas quais chefes do Executivo poderão alterar o nível de seus gastos públicos⁴ no intuito de sinalizar competência e capitalizar votos nas eleições subsequentes. A figura abaixo resume as áreas de atuação de cada entidade federativa:

⁴ A partir deste ponto, usaremos gastos públicos com referência aos gastos não referentes a pagamento de pessoal e custos de manutenção.

FIGURA 1- Competências das Entidades Federativas

Função	União	Estados	Municípios	Fundamento
Previdência Social para não-servidores públicos	X			Art. 22, inciso XXIII. Art. 201.
Previdência para servidores públicos	X	X	X	Art. 40.
Saúde	X	X	X	Art. 23, II. Art. 24, XII. Art. 30, VII, Art. 195 parágrafo 10. Art. 196, 197, 198.
Assistência	X	X	X	Art. 23, II. Art. 195 parágrafo 10. Art. 204.
Patrimônio e Cultura	X	X	X	Art. 23, IV e V. Art. 24, VII. Art. 30, IX, art. 215, 216.
Meio-ambiente	X	X	X	Art. 23, VI, VII. Art. 24, VI. Art. 225.
Habitação e saneamento	X	X	X	Art. 23, IX.
Educação	X	X	X	Art. 23, V. Art. 24, IX. Art. 30, VI. Art. 206, 208, 211, 212
Ciência e tecnologia	X	X	X	Art. 218.
Desporto	X	X	X	Art. 217.
Política Urbana			X	Art. 30, IV. Art. 30, VIII. Art. 182.
Reforma Agrária	X			Art. 184.
Transporte coletivo			X	Art. 30, V.
Segurança Pública				
<i>Polícia federal, rodoviária federal, ferroviária federal</i>	X			Art. 144
<i>Polícia Civil, polícia militar e corpo de bombeiros.</i>		X		Art. 144
<i>Guarda municipal</i>			X	Art. 144.

Fonte: Ipea.

Assim, para melhor compreender a relação entre gastos públicos e reeleição, recorreremos à literatura sobre ciclos fiscais e ciclos políticos.

Oportunismo fiscal

A literatura sobre ciclos fiscais e perspectivas de reeleição iniciou-se com o trabalho de Nordhaus (1975), que postulava que governantes – antes de novas eleições – expandiam os gastos de modo a angariar mais votos. Essa hipótese foi mais detalhadamente formalizada por Rogoff (1990), que desenvolveu o que chamamos de modelo clássico de competência. Nele, eleitores com assimetria informacional procuram inferir a competência de incumbentes, os quais detêm controle sobre a produção de bens públicos de acordo com a seguinte função:

$$\varepsilon = g_t + k_{t+1} \quad (1)$$

Onde ε é a competência administrativa do governante, g_t são os gastos públicos correntes (consumo público) e k_{t+1} é o investimento público, escolhido previamente, de modo que não pode ser observado pelo eleitor no momento da escolha do novo líder. Nesse arranjo, o eleitor se depara com um problema informacional: ele naturalmente prefere mais gastos (g), porém não sabe identificar se o aumento observado de gastos é resultado de uma maior

competência administrativa (ϵ), ou de futuros cortes em k ou em g . Dessa forma, a inferência de competência é produto dos gastos públicos observados.

Do outro lado, supõe-se que o governante extrai benefícios privados derivados do cargo, ou seja, a função alocativa dos gastos públicos é função tanto dos ganhos ao se garantir a reeleição quanto do bem-estar social. Dada certa probabilidade de vitória nas próximas eleições, o incumbente sente-se motivado a enviar sinais de competência administrativa, de modo a influenciar as percepções estimadas de sua competência. Os eleitores, por sua vez, reagem ao aumento de g e reelegem o incumbente, caso a competência sinalizada seja maior do que a média esperada dada a competência passada. Esse modelo sintetiza o tipo de comportamento do que chamaremos oportunismo fiscal.

O principal componente do oportunismo fiscal é a inabilidade (ou capacidade parcial) de os eleitores identificarem a competência dos incumbentes (DRAZEN, 2006). Para tanto, eles são capazes apenas de observar resultados, *outputs*, entregues pelos incumbentes. Esses resultados se resumem a como as receitas foram gastas no decorrer do mandato, especialmente em anos pré-eleitorais, uma vez que é certo consenso na literatura que eleitores possuem limites temporais de memória (LENZ, 2010; BECHTEL e HAINMUELLER, 2011).

Incumbentes sentem-se compelidos a figurarem como mais competentes que seus concorrentes. Para tanto, uma intuição seria de que em anos pré-eleitorais eles: (1) fariam expansões fiscais (ROGOFF, 1990) ou (2) reduções de receita (PERSSON e TABELLINI, 2002), tanto para beneficiar eleitores (primeira opção) quanto para dar-lhes ganhos de renda (segunda opção). As duas estratégias – ou uma combinação de ambas – geram aumentos de utilidade do eleitor mediano. Dessa forma, os incumbentes estão enviando sinais de competência administrativa para os eleitores, provocando um subsequente aumento do percentual de votos nas eleições seguintes.

Esse modelo básico recebeu qualificações empíricas. Duas alterações são de destaque: (1) em vez de aumento irrestrito do gasto (o que causaria déficits fiscais), os governantes podem se deparar com eleitores fiscalmente conservadores, que rejeitam déficits acima de tudo. Sendo assim, os governantes fariam alterações na composição do gasto, preferindo tipos de gasto mais visíveis e que atingissem grupos específicos dentro do eleitorado (DRAZEN e ESLAVA, 2010; KLEIN e SAKURAI, 2014); (2) a expansão do gasto pode ser uma função de quão nova a democracia é, de modo que democracias jovens seriam sujeitas a oportunismo fiscal, enquanto

que em democracias consolidadas os eleitores – possuindo maior sofisticação política – seriam capazes de identificar as manipulações fiscais do governante.

BRASIL

Especificidades institucionais brasileiras desempenham um papel importante na alteração das previsões teóricas em relação ao oportunismo fiscal. Duas são de maior relevância:

1. Federalismo – a estrutura federalista pode criar incentivos para que os eleitores sejam fiscalmente liberais em vez de fiscalmente conservadores, uma vez que parte das arrecadações da União é convertida em transferências para estados e municípios. Isso incentivaria eleitores a preferirem sempre maiores gastos, uma vez que os custos (impostos) seriam distribuídos entre as unidades da federação (JONES *et al*, 2012).
2. Responsabilidade fiscal – A partir do segundo governo de Fernando Henrique foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), a qual força os Executivos de todas as instâncias a gerir superávits fiscais. Hipoteticamente isso reduz a margem de manobra de governadores para expandir gastos públicos a ponto de garantir retornos eleitorais. De modo que, seguindo essa intuição, o oportunismo fiscal no Brasil seria inexistente ou restrito a alterações na composição do gasto.

Fica claro que as previsões teóricas quanto ao caso brasileiro são conflitantes. De um lado, temos os supostos efeitos do federalismo, que incentivam expansão de gastos e déficits; de outro, uma política pública que obriga governantes a atingirem superávits fiscais, gerando controle dos gastos. Evidências prévias apontam que, no caso dos governadores estaduais, impera conservadorismo fiscal, ou seja, a alteração da composição do gasto em vez de sua expansão (ARVATE *et al* 2009). Resumidamente, a lei de responsabilidade fiscal anula os efeitos do federalismo. Isso não significa que o efeito inexistia, mas apenas que deve ser modesto, dadas as mudanças de composição.

Mas e se dermos continuidade à cadeia causal? O modelo (e derivações) apresentado diz respeito a perspectivas de reeleição e oportunismo fiscal. Impactos eleitorais de fato ocorrem? Tentaremos responder a essa pergunta, mobilizando dados de tentativas à reeleição de governadores brasileiros.

METODOLOGIA

Esta seção detalha os principais métodos e procedimentos utilizados neste artigo, a fim de atender a critérios de replicabilidade (KING, 1995; JANZ, 2014). O quadro abaixo resume o desenho de pesquisa a ser implementado:

Quadro 1- Desenho de pesquisa.

Unidade de análise	Governadores eleitos – ciclo eleitoral.
Tempo	1998 – 2010 (dois ciclos eleitorais).
Métodos	Análise descritiva, teste T para amostras independentes, regressão logística.
Fontes	Tribunal Superior Federal (TSE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
Ferramentas	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i> (Versão 22).

Fonte: *Elaboração dos autores.*

A fim de responder à pergunta de pesquisa, elaboramos duas hipóteses, a fim de testar previsões teóricas quanto ao efeito do nível e composição dos gastos públicos sobre a probabilidade de reeleição dos governadores. São elas:

H₁= Há alterações estatisticamente significativas na composição dos gastos públicos de governadores em anos pré-eleitorais em relação aos demais anos.

H₂= Há um impacto positivo e significativo do volume de gastos visíveis sobre a probabilidade de reeleição dos governadores estaduais.

Nossa população são os governadores eleitos, portanto aqueles com chances de reeleição. As previsões teóricas discutidas na revisão de literatura se aplicam a eles, e preveem que em anos pré-eleitorais haverá alterações na composição do gasto público (gasto variável, ou seja, excluindo salários, previdência e custos de manutenção), e que essas alterações garantem vantagens de incumbência a serem transformadas em maior probabilidade de reeleição.

Uma primeira preocupação com a população trabalhada é a possível presença de *selection bias*. Em outras palavras, governadores eleitos podem antecipar que suas chances de reeleição são muito baixas, e decidem não concorrer, de modo que restariam apenas casos em que os governadores já dispunham de chances consideráveis de reeleição. Essa não é uma preocupação trivial. Pesquisas empíricas já abordam esse problema (PEREIRA e MELO, 2015), geralmente porque políticos costumam ter o *goal* de ocupar cargos do Executivo. No caso de nossa população de governadores, assumimos que o *selection bias* seja irrisório ou

inexistente, uma vez que o governo estadual já é um cargo do Executivo de enorme valor político; políticos racionais dificilmente abandonariam chances de continuar ocupando-o.

Em segundo lugar, estamos cientes de que a chance de reeleição de um candidato é um fenômeno multicausal (FIGUEIREDO FILHO, 2012). Para lidar com isso, incluímos as seguintes variáveis de controle:

Quadro 2- Variáveis de controle.

Variável	Efeito esperado
Percentual passado de votos	+
Participação na coalizão presidencial	+
Gastos de campanha	+

Fonte: elaboração própria dos autores.

O percentual passado de votos (*votos_lagged*) está incluso porque consideramos que quaisquer características que permitiram sucesso eleitoral no passado ainda atuem, ou sejam as mesmas, nas novas eleições. A participação na coalização presidencial foi inclusa porque o modelo federalista brasileiro concentra recursos na União, de forma que estados dependem de transferências. Apesar de parte das transferências ser constitucionalmente determinada, a outra não o é. Ou seja, transferências voluntárias aumentam a receita disponível ao governador, permitindo consequentemente maior gasto. Por fim, seguindo um consenso na literatura (FIGUEIREDO FILHO *et al*, 2014; SANTOS *et al*, 2015), incluímos no modelo os gastos declarados de campanha dos governadores.

Nosso modelo é o de regressão logística, dado que a variável dependente é *dummy* (se o governador foi reeleito ou não). As variáveis explicativas remetem a despesas públicas e receita orçamentária, a fim de testar pontos de divergência na literatura sobre o tipo de oportunismo fiscal desempenhado pelo governante. São elas:

Quadro 3- Variáveis explicativas.

Variável	Efeito esperado
Despesa orçamentária	+ (mas não significativo)
Receita orçamentária	-
Despesa transportes	+
Despesa trabalho	-
Despesa saneamento e saúde	+
Despesa habitação	+
Despesa assistência social	+
Despesa administração e planejamento	+
Despesa educação	-
Despesa segurança	+

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Sendo as despesas totais um dado que agrega custos para além dos com políticas públicas, supomos que será uma variável não significativa. A variável receita orçamentária engloba todas as receitas disponíveis ao estado (receitas correntes + receitas de capital) e está inclusa porque governadores podem optar pela opção de cortar em vez de expandir gastos (descontinuando determinadas políticas, por exemplo). A seguir – seguindo a figura com as competências federativas dos estados – trazemos variáveis de despesa pública em áreas de atuação dos estados. Supomos que as despesas com gastos visíveis, como segurança e habitação, terão efeitos significativos e de maior magnitude do que demais despesas⁵, já que são gastos muito mais visíveis ao eleitor, e, portanto preferíveis ao governador.

RESULTADOS

Contrariamente ao esperado, a taxa de reeleição de governadores no Brasil não é elevada. Da nossa população de 59 governadores eleitos pela primeira vez em algum dos anos de 1998, 2002 e 2006, apenas 42,4% conseguiram se reeleger (25). Isso sugere que em disputas a governos de estado, fatores não convencionais desempenham um papel importante. Segue abaixo a tabela com a frequência de reeleições:

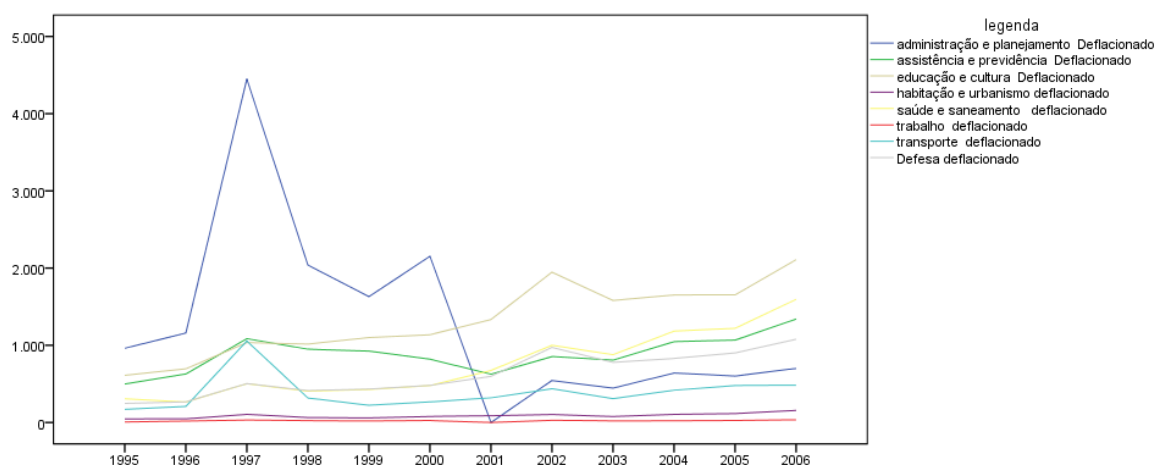
Tabela 1- Taxa de reeleição

Reeleito	N	Percentual Válido (%)
Não reeleito	34	57,6
Reeleito	25	42,4
Total	59	100,0

Analisando agora gastos públicos e receitas, vemos uma distorção no volume de gastos com administração e planejamento, entre os anos de 1996 e 1997. Devido à infrequência desse gasto, não o utilizaremos para as estimações. Segue o gráfico:

⁵ Todos os dados de receitas e despesas foram deflacionados pelo IGP. Além disso, aparecerão registrados em termos de milhões de reais.

Gráfico 1- Gastos Públicos e receitas nos governos dos estados brasileiros



A seguir, procuramos testar a hipótese H_1 , de que há alteração média significativa entre gastos de anos pré-eleitorais⁶ e gastos não eleitorais. O teste T abaixo indica que a despesa orçamentária total (p-valor: 0,0555), a receita orçamentária (0,0090), e os gastos com: habitação e urbanismo (0,0743), saúde e saneamento (0,0378), transporte (0,0873) e defesa (0,0615) sofrem alterações quando as eleições estão próximas (últimos dois anos do mandato). Ou seja, de acordo com o previsto, os governadores gastam mais de forma geral em anos próximos às eleições, mas não gastam com qualquer coisa. Todos os quatro tipos de gastos com mudanças estatisticamente significativas são extremamente visíveis e envolvem serviços tangíveis ao eleitor.

Ainda mais interessante é a comparação do volume de gastos entre incumbentes que foram eventualmente reeleitos e os que não foram. Os exitosos apresentam um gasto médio inferior aos que fracassaram. Isso evoca uma consideração interessante: e se a utilização do oportunismo fiscal for uma estratégia dos perdedores? Um último recurso? Nesse caso, não devemos encontrar no nosso modelo efeitos dos gastos sobre a probabilidade de reeleição, uma vez que a estratégia do perdedor sempre é gastar mais.

⁶ Classificados aqui como os gastos públicos do ano da eleição e do anterior. A conta é simples. Por exemplo, considerando o ano eleitoral de 2006, os gastos eleitorais são os de 2006 e 2005, e os não eleitorais de 2004 e 2003.

Tabela 2- Resumo dos gastos e despesas dos incumbentes (em milhões de reais)

Tipo de Gasto	Reeleito	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão
Despesa orçamentária total	Reeleito	6910,76	7972,14	1594,43
	Não reeleito	11932,91	18565,30	3183,92
Receita Orçamentária	Reeleito	6727,14	7818,51	1563,70
	Não reeleito	11801,34	18616,89	3192,77
Administração e planejamento	Reeleito	527,14	406,99	81,40
	Não reeleito	1479,89	2634,33	451,78
Assistência e previdência	Reeleito	733,59	720,16	144,03
	Não reeleito	1267,41	1645,56	282,21
Educação e cultura	Reeleito	1101,98	1321,38	264,28
	Não reeleito	2138,27	3852,02	660,62
Habitação e urbanismo	Reeleito	64,95	98,34	19,67
	Não reeleito	139,64	237,86	40,79
Saúde e saneamento	Reeleito	815,25	1056,06	211,21
	Não reeleito	1136,66	1915,80	328,56
Trabalho	Reeleito	19,57	24,71	4,94
	Não reeleito	35,51	47,53	8,15
Transporte	Reeleito	266,43	259,42	51,88
	Não reeleito	521,43	930,61	159,60
Defesa	Reeleito	661,66	989,64	197,93
	Não reeleito	947,83	1666,81	285,86

Tabela 3- Teste t dos gastos e despesas dos incumbentes (em milhões de reais)

Tipo de Gasto	p-valor	Diferença média	Erro padrão de diferença
Despesa orçamentária total	0,0555	3034,62	1578,49
Receita Orçamentária	0,0090	-670614,39	255148,83
Administração e planejamento	0,6752	262,95	626,48
Assistência e previdência	0,2082	187,17	148,39
Educação e cultura	0,1845	362,20	272,22
Habitação e urbanismo	0,0743	36,03	20,12
Saúde e saneamento	0,0378	293,88	140,87
Trabalho	0,2470	4,47	3,86
Transporte	0,0873	265,96	155,06
Defesa	0,0615	228,68	121,83

Nosso modelo apresenta resultados contra intuitivos. Em primeiro lugar, a ausência de dados de gastos de campanha para anos anteriores a 2002 nos obrigou a estimar um modelo com dois ciclos eleitorais, e depois outro modelo com três ciclos, porém sem os dados dos gastos. O primeiro modelo apresentou um pseudo- R^2 de 11%. Nenhum dos p-valores se mostrou significativo, mas sendo p –valor uma medida criada para validação de amostras, não vemos sentido em interpretá-lo quando usamos dados populacionais (FIGUEIREDO FILHO,2009). A regressão logística não nos dá muita confiança nas magnitudes dos coeficientes, mas podemos interpretar as direções. Ao contrário do esperado, tanto o percentual de votos válidos na eleição passada quanto a participação na coligação presidencial e os gastos de campanha apresentaram o sinal negativo.

Tabela 4- Regressão Logística dos Incumbentes (Modelo 1)

Reeleito <i>Dummy</i> (VD)	Coeficiente	Erro Padrão	z	P>z
Coligação do Presidente	-0.8104556	1.041226	-0.78	0.436
% Votos Válidos	-0.0232469	.065838	-0.35	0.724
Gastos Orçamentários/mi	-0.0481858	.1038609	-0.46	0.643
Saúde e Saneamento	2.32e-09	1.54e-09	1.51	0.132
Habitação e Urbanismo	-5.22e-09	4.75e-09	-1.10	0.272
Receita Orçamentária	-2.29e-10	1.61e-10	-1.43	0.153
Constante	1.844877	3.77729	0.49	0.625

É possível que nosso n seja pequeno demais (59), e tenha distorcido os resultados. É também possível que – dado o alto nível de competição de disputas para governos do estado⁷ – tanto mandatários quanto desafiantes apresentem gastos substanciais⁸, de modo que na verdade os efeitos dos gastos de ambos se anulam; outras variáveis explicam a probabilidade de reeleição. Despesas com saúde e saneamento apresentam direções positivas, enquanto receitas e despesas com habitação e urbanismo, o contrário. Isso implica em uma de duas possibilidades: (1) governadores adotam estratégias ineficientes de oportunismo fiscal, seja porque o eleitorado já é sofisticado o bastante para discerni-las, seja porque em um sistema federalista os eleitores se mostram incapazes de saber exatamente a qual das entidades federativas atribuir as despesas feitas; (2) governadores adotam estratégias de oportunismo fiscal para contrabalancear outros fatores, como acusações de corrupção, de forma que o efeito é “gasto” nesses fatores, e muito pouco dele transborda para aumentar chances de reeleição⁹. É ainda possível, como sugerido antes, que o aumento dos gastos é o último recurso de um governador que espera perder.

⁷ Em média, governadores eleitos obtêm 57% de votos nas eleições. Se excluirmos os casos onde mais de 70% de votos foram obtidos, o número cai para 55%.

⁸ Gastos públicos para o incumbente e gastos de campanha para o desafiante.

⁹ É sempre possível que os gastos de campanha sejam altamente sub-reportados.

Nosso segundo modelo mantém os resultados obtidos no primeiro. Incluir um ciclo eleitoral e retirar os gastos de campanha afetou pouco os resultados. O pseudo- R^2 é de 14%, e as direções das causalidades se mantêm as mesmas. Contudo, tanto o efeito negativo da receita orçamentária quanto o positivo dos gastos em saúde ganham significância.

Suposições nossas à parte, uma explicação teórica consistente para o fenômeno advém da recente literatura sobre desvantagens de incumbência (KLASNJA, 2015; KLASNJA e TITUINIK, 2017). Esse efeito é encontrado para o Brasil e outros países¹⁰ (UPPAL, 2009), porém não no caso dos governadores brasileiros. A desvantagem é uma função do tipo de ganhos que o incumbente auferir ao manter o cargo. Quando eles são constantes, ou seja, o benefício de ter ganho a eleição se mantém durante o mandato, há maior probabilidade de vantagem de incumbência. Porém, quando o incumbente auferir ganhos crescentes ao manter o cargo, há maior probabilidade de desvantagem de incumbência. Ganhos crescentes são comumente advindos de corrupção: da construção de redes corruptas e da utilização do cargo para a empreitada de projetos e políticas fraudulentos. Isso faz com que os eleitores prefiram o desafiante, que ainda não montou esquemas de corrupção. Essa explicação faz sentido para ocupantes dos governos estaduais: é uma posição de considerável poder discricionário e controle de orçamentos inflados por impostos indiretos e transferências federais. Para nosso tema, a desvantagem de incumbência força o governador a utilizar o oportunismo fiscal para mitigar a erosão de suas probabilidades de reeleição. Uma agenda interessante de pesquisa é agregar os achados dessa literatura aos nossos: é possível que a desvantagem valha para o nível estadual.

Tabela 5- Regressão Logística dos Incumbentes (Modelo 2)

Reeleito <i>Dummy</i> (VD)	Coefficiente	Erro Padrão	z	P>z
% Votos Válidos	-.0472931	.0399535	-1.18	0.237
Coligação do Presidente	-.7413201	.7176953	-1.03	0.302
Receita Orçamentária	-.0002813	.0001353	-2.08	0.038
Saúde e Saneamento	.0025843	.0012239	2.11	0.035
Habitação e Urbanismo	-.0057079	.0041164	-1.39	0.166
Constante	3.069.055	2.368.638	1.30	0.195

¹⁰ Para ilustrar a crítica ao argumento, ver De Magalhães (2015).

CONCLUSÃO

Governadores adotam estratégias de oportunismo fiscal no Brasil? De acordo com nossos achados, sim, porém essas estratégias possuem efeitos irrisórios em suas chances de reeleição, tanto que a maioria dos governadores não consegue ser reeleita (57,6%). Os resultados alcançados produzem mais perguntas do que respostas: o que então explica a reeleição de governadores? Porque apenas gastos com políticas públicas de saúde e saneamento possuem efeitos positivos sobre as chances de reeleição? Por que financiamento de campanha e alinhamento com o presidente não são tão relevantes? Não pudemos responder a nenhum desses questionamentos específicos, mas cremos que este trabalho lança luz sobre as dinâmicas interativas entre eleições e políticas públicas, e contribui para futuras pesquisas no tema. Relegamos a trabalhos futuros a incorporação de corrupção política dentro da análise de efeitos dos gastos.

ANEXOS

PRIMEIRA REGRESSÃO

Logistic regression	Number of obs	=	37
	LR chi2(5)	=	5.86
	Prob > chi2	=	0.3205
Log likelihood = -22.705103	Pseudo R2	=	0.1142

reeleitodummy	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
ColigaçãoodoPres~e	-.8104556	1.041226	-0.78	0.436	-2.851221	1.230309
Válidos	-.0232469	.065838	-0.35	0.724	-.1522869	.1057932
gastocormi	-.0481858	.1038609	-0.46	0.643	-.2517494	.1553779
saúdeesaneamen~do	2.32e-09	1.54e-09	1.51	0.132	-6.96e-10	5.33e-09
habitaçãoeurba~do	-5.22e-09	4.75e-09	-1.10	0.272	-1.45e-08	4.09e-09
ReceitaOrçament~o	-2.29e-10	1.61e-10	-1.43	0.153	-5.44e-10	8.55e-11
_cons	1.844877	3.77729	0.49	0.625	-5.558476	9.24823

SEGUNDA REGRESSÃO

Logistic regression	Number of obs	=	57
	LR chi2(5)	=	11.20
	Prob > chi2	=	0.0475
Log likelihood = -33.194112	Pseudo R2	=	0.1444

Reeleito	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
Válidos	-.0472931	.0399535	-1.18	0.237	-.1256004	.0310143
ColigaçãoodoPres~e	-.7413201	.7176953	-1.03	0.302	-2.147977	.6653369
ReceitaOrçament~o	-.0002813	.0001353	-2.08	0.038	-.0005465	-.000016
saúdeesaneamen~do	.0025843	.0012239	2.11	0.035	.0001856	.0049831
habitaçãoeurba~do	-.0057079	.0041164	-1.39	0.166	-.0137759	.00236
_cons	3.069055	2.368638	1.30	0.195	-1.573389	7.7115

REFERÊNCIAS

- ANSOLABEHERE, Stephen e SNYDER JR., James. **The incumbency advantage in U.S elections: an analysis of State and Federal offices (1942-2000)**. Election Law Journal. 2001.
- ARVATE, Paulo Roberto; AVELINO, George e TAVARES, José. **Fiscal conservatism in a new democracy: “sophisticated” versus “naive” voters**. Economic Letters. 2009.
- BECHTEL, Michael e HAINMULLER, Jens. **How lasting is voter gratitude? An analysis of the short – and long – term electoral returns to beneficial policy**. American Journal of Political Science. 2011.
- BUENO DE MESQUITA, Bruce; SMITH, Alastair; SIVERSON, Randolph e MORROW, James. **The logic of political survival**. MIT Press. 2004.
- DE MAGALHÃES, Leandro. **Incumbency effects in a comparative perspective: evidence from Brazilian mayoral elections**. Political Analysis. 2015.
- DRAZEN, Allan. **Political budget cycles**. Working Paper. 2006.
- DRAZEN, Allan e ESLAVA, Marcela. **Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence**. Journal of Development Economics. 2010.
- FIGUEIREDO FILHO, D.B.; SILVA JÚNIOR, J.A. **Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r)**. Revista Política Hoje, v. 18, n. 1, p. 115-46.2009.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson. **Gasto de campanha, níveis de pobreza e resultados eleitorais no Brasil**. Tese de doutorado. 2012.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson; ROCHA, Enivaldo; PARANHOS, Ranulfo; SILVA JÚNIOR, Jorge Alexandre; SILVA, Denisson. **Onde o dinheiro tem mais vez: gastos e votos nas eleições municipais de 2012**. Delaware Review of Latin American Studies. 2015.
- HIRANO, Shigeo e SNYDER JR., James. **Using multi-member-district elections to estimate the sources of the incumbency advantage**. MIT. 2008.

JANZ, Nicole. **Bringing the gold standard into the class room: replication in University teaching.** International Studies Perspectives. 2014.

JOBERT, Bruno ; MULLER, Pierre. ***L'état en action.*** Paris, PUF.1987

JONES, Mark; MELONI, Oswaldo; TOMMASI, Mariano. **Voters as fiscal liberals: incentives and accountability in federal systems.** Economics & Politics. 2012.

KING, Gary. **Replication, replication.** Political Science and Politics. 1995.

KLASNJA, Marko. **Increasing rents and incumbency disadvantage.** Journal of Theoretical Politics. 2015.

KLASNJA, Marko; TITUINIK, Rocío. **The Incumbency Curse: Weak Parties, Term Limits, and Unfulfilled Accountability.** American Political Science Review. 2017.

KLEIN, Fabio; SAKURAI, Sergio. **Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy.** 2014.

LENZ, Gabriel. **Understanding and curing myopic voting.** Draft. 2010.

MULLER, Wolfgang e STRØM, Kaare (eds.). **Policy, office or votes? How political parties in western Europe make hard decisions.** Cambridge University Press. 1999.

NORDHAUS, William. **The political business cycle.** The review of economic studies. 1975.

PEREIRA, Carlos e MELO, Marcus. **Reelecting corrupt incumbents in exchange for public goods: rouba mas faz in Brazil.** Latin America Research Review. 2015.

PERSSON, Torsten e TABELLINI, Guido. **Do electoral cycles differ across political systems?** Bocconi University. 2002.

ROGOFF, Kenneth. **Equilibrium political budget cycles.** Harvard. 1990.

SANTOS, Manoel; BATISTA, Mariana; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; ROCHA, Enivaldo. **Financiamento de campanha e apoio parlamentar à agenda legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados.** Opinião Pública. 2015.

